



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Processo: n.º 20.073/2016-e (d).
Origem: Ministério Público de Contas do Distrito Federal-MPCDF
Assunto: Representação
Ementa: Representação n.º 12/2016 – DA/MPCDF. Notícia de possíveis irregularidades na condução do concurso público para o provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Papiloscopista Policial da Polícia Civil do Distrito Federal. Edital n.º 01 – PCDF – PAPILOSCOPISTA POLICIAL, de 31.12.2014, publicado na Edição Extra do DODF de 31.12.2014.

- . Decisão n.º 3.650/2016: conhecimento da representação e concessão de prazo para manifestação da PCDF e da SEPLAG quanto aos fatos narrados na peça vestibular. Manifestação da PCDF, bem como da SEPLAG.
- . Análise da Representação pela Unidade Técnica: improcedência da peça vestibular. Parecer n.º 80/2017–DA/MPCDF: apresentação de novos questionamentos.
- . Resultado da diligência objeto da Decisão n.º 1.482/2017.
- . A Secretaria de Fiscalização de Pessoal manifestou-se pela improcedência da Representação e arquivamento dos autos.
- . Parecer em sentido divergente do Ministério Público de Contas.
- . Decisão. Nova diligência. Devolução do feito à SEFIPE para os devidos fins.

DESPACHO SINGULAR Nº 506 /2017-GCRR

Tratam os autos da Representação n.º 12/2016–DA, oriunda do **Ministério Público de Contas do DF**, que noticia a existência de possíveis irregularidades na condução do concurso público para o provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Papiloscopista **Policial da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF**, regulado pelo Edital n.º 01 – PCDF – PAPILOSCOPISTA POLICIAL, de 31.12.2014, publicado na Edição Extra do DODF de 31.12.2014, em especial o eventual desrespeito à cláusula de barreira prevista no subitem 14.16¹ do edital em questão.

¹ 14.16 Com base na lista organizada na forma do subitem anterior, serão convocados, para realizar o curso de formação profissional, os candidatos classificados até as posições-limite indicadas no quadro abaixo. Os candidatos não convocados no presente subitem estarão eliminados e não terão classificação alguma no concurso público, exceto se o número de vagas, acrescidas pelo cadastro de reserva, não for preenchido.

CARGO	DAS VAGAS (AMPLA CONCORRÊNCIA)	DAS VAGAS (CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA)	TOTAL
PAPILOSCOPISTA POLICIAL (CÓDIGO 101)	149	8	157



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Na presente etapa processual, aprecia-se o resultado da diligência objeto da **Decisão n.º 1.482/2017**, editada com o seguinte teor:

"O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I - considerar atendida a diligência objeto da Decisão n.º 3.650/2016;

II - tomar conhecimento:

a) dos Ofícios n.ºs 788/2016-Ass/DGPC e 1.384/2016 - GAB/SEPLAG, acompanhados dos respectivos anexos (e-DOCs 1F2D227D-c e 70A941B2-c), encaminhados, respectivamente, pela Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF e pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal - SEPLAG em atendimento à referida deliberação plenária;

b) do Ofício n.º 21/2017-DA/MPCDF e da documentação acostada, inerente a cópia extraídas dos Autos do Procedimento Administrativo n.º 08190.218204/15-31, instaurado no âmbito da 5ª PROPED/MPDFT, com vistas a apurar possíveis desvios na condução do concurso público disciplinado pelo Edital n.º 01 - PCDF - PAPILOSCOPISTA POLICIAL, de 31/12/2014, em especial quanto à existência de candidatos que fizeram o curso de formação sem a apresentação de todos os exames médicos exigidos ou que deixaram de apresentar algum exame, ou ainda, cujas fichas médicas sequer foram apresentadas;

III - determinar a conversão do feito em nova diligência junto à Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF a fim de que, no **prazo de 15 (quinze) dias**, encaminhe a esta Corte de Contas circunstanciados esclarecimentos em face do narrado no Parecer do Ministério Público junto à Corte - MPC/DF, cuja cópia deve ser-lhe encaminhada para efeito de facilitar o atendimento da diligência;

IV - autorizar a Secretaria de Fiscalização de Pessoal - SEFIPE, se necessário, realizar inspeção com o fim colher os dados que achar necessários à reinstrução do feito como proposto no Parecer Ministerial;

V - dar ciência desta decisão ao signatário da Representação n.º 12/2016 - DA/MPCDF e à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal - SEPLAG."

14.16.1 Serão respeitadas as vagas destinadas aos candidatos com deficiência, conforme item 5 deste edital, e os empates na última posição.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Da instrução formulada pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal, cumpre reproduzir o que segue:

"6. Expirado o prazo concedido para o cumprimento da referida deliberação sem que a jurisdicionada tivesse se manifestado, o Relator reiterou a determinação em apreço, alertando a PCDF da possibilidade aplicação de sanção, a teor do art. 57, IV, da LC n.º 1/1994, conforme Despacho Singular n.º 300/2017 - GCRR.

7. Em resposta às referidas decisões, a PCDF encaminhou o Ofício n.º 271/2017 - Ass/DGPC e anexos, peça 49. Relativamente ao **Procedimento n.º 08190.218204/15-31**, esclarece que houve o arquivamento do feito. Isso porque a Fundação Universa elucidou a divergência entre os exames exigidos e os apresentados pelos candidatos, conforme se examina a seguir:

- a) Pelo fato de o edital não especificar o tipo de exame de sorologia exigido, a banca teve que aceitar qualquer exame de sorologia;
- b) Exame de acuidade visual com correção não se faz necessário se aquele sem nenhuma correção apresenta-se normal, sem alterações;
- c) Em razão de candidata estar em período puerperal e não poder ser submetida a exames de imagem com radiação, a banca aceitou os exames de ressonância magnética, em vez de raio-x.

8. Assim, o **MPDFT** concluiu que restou esclarecida tal questão, além de outras levantadas no referido procedimento administrativo e arquivou o feito. Veja-se:

"Esclarecidos, também, todos os fatos descritos nos itens 7, 8, 9² e 10 deste despacho. Neste ponto, destaque-se que, utilizando os mesmos fundamentos trazidos no âmbito deste Procedimento Administrativo, os candidatos impetraram Mandado de Segurança no TJDF, distribuído sob o nº 2016.01.1.062023-9, que, por sua vez, foi julgado improcedente, conforme demonstra a cópia da sentença anexada a este despacho. Por fim, quanto as demais alegações suscitadas nestes autos em que pesem a sua relevância, do ponto de vista dos candidatos, da análise dos fatos não se vislumbra a presença de interesses difusos ou coletivos e nem de direitos transindividuais ou individuais homogêneos que justifiquem a atuação do Ministério Público.

² 9) violação do edital na fase dos exames médicos, com aprovações, supostamente irregulares, de candidatos que não apresentaram os exames exigidos no edital, como Guilherme Menegoi Ribeiro e Paulo César do Nascimento de Oliveira, que mesmo no apresentando os exames no foram eliminados;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Ante o exposto, não tendo restado minimamente comprovada a eventual afronta ao patrimônio público ou aos princípios que regem a Administração Pública e em observância ao que recomenda o art. 10 da Resolução n. 34, de 30 de abril de 2016, do CNMP1, **determina-se o arquivamento deste procedimento**, nos termos do artigo 40º §2, da Resolução CSMPDFT nº 78/2007. Registre-se e comunique-se a providência a Colenda Primeira Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível Especializada, para conhecimento e homologação deste arquivamento. "

9. Noticiou ainda a PCDF que, tendo em conta o acórdão e voto proferidos no julgamento da **Apelação Cível n.º 20160110624797 APC (2ª Turma Cível)**, de **14.06.2017**, a cláusula de barreira e regularidade do chamamento dos candidatos para o curso de formação profissional do concurso em exame foram julgadas legítimas, conforme transcrição a seguir:

"ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PUBLICO. PAPILOSCOPISTA DA POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL. CLAUSULA DE BARREIRA. POSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO DO STF. CURSO DE FORMAÇÃO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO CONFIGURADO. SEGURANÇA DENEGADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Não há que se falar na concessão de tutela antecipada recursal para determinar a imediata matrícula dos apelantes em curso de formação relativo a concurso para provimento do cargo de Papiloscopista da Polícia Civil do Distrito Federal, porquanto ausentes os requisitos autorizadores previstos no art. 300 do CPC. 2. A previsão de cláusula de barreira em edital de concurso público é admitida quando fundamentada em critérios objetivos concernentes ao desempenho do candidato, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 635739, julgado em sede de repercussão geral. 3. Na hipótese, não se vislumbra ofensa à cláusula de barreira prevista no edital, haja vista a comprovação de que a convocação de quatro candidatos a mais para etapa de curso de formação respeitou a ordem de classificação e se deu em virtude de convocação sub judice de quatro candidatos classificados em posição anterior. 4. A violação à cláusula de barreira, a qual não restou comprovada nos autos, não legitima a convocação dos candidatos classificados em posições fora do número de vagas e cadastro de reserva previsto em edital, razão pela qual os apelantes não têm direito subjetivo à matrícula em curso de formação. 5. Recurso conhecido e desprovido. Por tratar-se de mandado de segurança, não incidem honorários advocatícios, na forma da Súmula 512 do STF."
(grifo nosso)

10. Com isso, a PCDF entende ter prestado as informações devidas quanto aos aspectos que lhes eram acessíveis e complementado com aquelas prestadas pelas Fundação Universa.

Da Análise



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

11. Inicialmente, quanto à possível violação da cláusula de barreira, considerando que não houve modificação fática quanto aos eventos inicialmente emanados na peça preambular, bem como a referida decisão prolatada pelo Poder Judiciário local, transitada em julgado em 01.08.2017, conforme consulta ao sítio eletrônico do TJDF, mantemos o entendimento consubstanciado na instrução anterior de que os elementos carreados aos autos não autorizam pela conclusão de ocorrência de irregularidades ventiladas na peça vestibular.

12. Já, no que tange aos questionamentos relativos a não apresentação de todos os exames médicos por candidatos, constantes do edital do referido certame, questionamentos levantados no Parecer n.º 80/2017-DA, entendemos que a Fundação Universa apresentou as justificativas pertinentes, o que, inclusive, culminou com o arquivamento do referido Procedimento Administrativo. Isso porque, em realidade, os candidatos não deixaram de apresentar exames médicos, mas sim exibiram outros, em função das peculiaridades de cada caso, o que foi devidamente analisado pela banca examinadora do certame.

13. Diante disso, propomos que a diligência constante do item III da Decisão n.º 1.482/2017 seja considerada cumprida, mantendo o nosso posicionamento pela improcedência da representação, pelos motivos anteriormente expostos.

14. Por fim, uma vez que não há pendências de outra ordem, sugerimos o arquivamento dos autos.

Da Conclusão

15. Ante o exposto, ratificando os termos da instrução anterior, com os necessários ajustes, sugerimos:

I - tomar conhecimento do Ofício n.º 271/2017 - Ass/DGPC e anexos, peça 49, encaminhados pela Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, em atendimento à diligência constante do item III da Decisão TCDF n.º 1.482/2017, considerando esclarecidos os novos questionamentos ventilados no Parecer n.º 80/2017-DA pelo MPjTCDF;

II - no mérito, considerar improcedente a Representação n.º 12/2016-DA, por insubsistência dos fundamentos de lhe deram origem;

III - dar ciência da decisão que vier a ser proferida ao signatário da presente representação, bem como à Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF e à Secretaria de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal - SEPLAG;

IV - autorizar o arquivamento dos presentes autos. "

Em parecer em sentido divergente, o Ministério Público de Contas do DF alinhou os seguintes argumentos:

"16. Expostas as considerações da SEFIPE, cabe reiterar, de antemão, que, de fato, examina-se, nesta oportunidade, o mérito da Representação nº 12/2006-DA, ofertada pelo MPC/DF, tratando de possíveis irregularidades na condução do certame para o provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para o cargo de Papiloscopista Policial da PCDF, deflagrado pelo Edital nº 01, publicado no DODF de 31.12.2014, e alterações, objeto de acompanhamento pelo Tribunal em autos específicos, não olvidando também que, consoante realçado na Inicial bem como pela Instrução, inúmeros candidatos que se consideraram prejudicados vinham se socorrendo da busca da tutela judicial, com vistas à recuperação de tais direitos, tidos como violados pela Fundação Universa e pela Administração.

*17. Sob esse prisma, não é despiciendo repisar que, quanto aos dois primeiros questionamentos, afetos às alíneas "a" (alteração no Edital do "peso" das avaliações) e "b" (correção de prova discursiva por apenas um examinador), o MPC/DF já havia apontado na Representação o entendimento de que tais questões poderiam ser consideradas superadas, posto que, nos autos da Ação de Conhecimento nº 0722324-98.2015.8.07.0016 (Procedimento do Juizado Cível do TJDF), houve julgamento de mérito em 03.06.2016, afastando as hipóteses em relação aos Autores, ali demandantes, em face das provas colhidas em Juízo (ou seja: comprovação de que a alteração do Edital ocorreu antes do término das inscrições e objetivou o aprimoramento da seleção, e de que a avaliação das provas discursivas se deu por mais de um examinador), embora tenha deixado assente que o resultado ali alcançado deveria gerar efeitos, **inter partes**, alusivos aos 7 (sete) postulantes da Ação, e que, ademais, naquele momento, não teria havido o trânsito em julgado. De toda sorte, em razão das provas colhidas em Juízo, vislumbrou desnecessários novos questionamentos, no âmbito administrativo e/ou do TCDF.*

18. Respeitante à possível quebra de "Cláusula de Barreira", a despeito de que a questão foi levada ao crivo do Poder Judiciário, em sede de Mandado de

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Segurança, seguido da regular Apelação Cível, no qual não se reconheceu o "direito líquido e certo" dos impetrantes à continuidade no certame, e, mais, que não se vislumbrou, naquela Ação, ofensa perpetrada pela Administração à citada Cláusula de Barreira, dada a independência das Instâncias, o fato não obsta que a questão seja apreciada, quanto ao mérito, no âmbito administrativo e pelo TCDF.

19. Sob esse enfoque, vale relembrar que o subitem 14.16 do Edital em comento (alterado pelo Edital nº 21/2015) previa, como "Cláusula de Barreira", que seriam "... convocados, para realizar o curso de formação profissional, os candidatos classificados até as posições-limite indicadas no quadro abaixo", e que, por conseguinte, "Os candidatos não convocados no presente subitem estarão eliminados e não terão classificação alguma no concurso público, exceto se o número de vagas, acrescidas pelo cadastro de reserva, não for preenchido".: Eis o Quadro do subitem 14.16:

CARGO	DAS VAGAS (AMPLA CONCORRÊNCIA)	DAS VAGAS (CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA)	TOTAL
PAPILOSCOPISTA POLICIA (CÓDIGO 101)	149	8	157

20. Posteriormente, 5 (cinco) candidatos portadores de deficiência foram eliminados na fase de perícia (exames biomédicos e avaliação médica), consoante o Edital nº 20/2015 (Resultado Preliminar), o que restou confirmado pelo Edital nº 24/2015 (Resultado Definitivo).

21. Dessa forma, o Edital nº 40, de 9 de maio de 2016, ao estabelecer a "convocação para a matrícula no curso de formação profissional", efetuou, também, o remanejamento das 5 (cinco) vagas em benefício de candidatos, da "clientela geral", que passaram a ser favorecidos (como não-reprovados). Assim, o referido Edital estipulou que seriam chamados "... os candidatos classificados até as posições-limite indicadas no quadro abaixo:

CARGO	DAS VAGAS (AMPLA CONCORRÊNCIA)	DAS VAGAS (CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA)	TOTAL
PAPILOSCOPISTA POLICIA (CÓDIGO 101)	154	3	157



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

22. O referido remanejamento não gerou controvérsia, pois o subitem 1.2 do Edital estipulou que o concurso seria destinado ao provimento de 50 (cinquenta) vagas disponíveis, e formação de cadastro-reserva de 107 (cento e sete), totalizando-se as 157 (cento e cinquenta e sete) realçadas. Por seu turno, o Quadro afeto ao item 3, ao desmembrar aquelas 50 (cinquenta) vagas já disponíveis, afirmou que 47 (quarenta e sete) seriam para a "Ampla Concorrência" e 3 (três) para "Com Deficiência". Nessa toada, não houve alteração no total de vagas.

23. Vale reiterar que o Edital nº 39/2016, alusivo ao Resultado Final da 1ª Etapa (que resultaria na convocação para a 2ª Etapa - Curso de Formação, e eliminação dos demais até então aprovados), contemplou um total de **236 (duzentos e trinta e seis)** selecionados, ali aprovados, já inclusos 4 (quatro) da "clientela geral", em condições "sub judice" e mais 4 (quatro) "portadores de deficiência", também "sub judice" (número que foi reduzido para 3 - três), de um total de 8.370 inscritos inicialmente ("inscrições homologadas"), ou seja: menos de 3%, não olvidando que, posteriormente, houve a "retificação" e exclusão de mais 2 (dois), restando 234.

24. Por sua vez, o Edital nº 40/2016, citado anteriormente, que remanejou a quantidade de candidatos a serem chamados para o Curso do Formação (154 + 3, sem alterar o total de 157), ao efetuar a convocação para inscrição do referido Curso, consignou até o classificado de nº **159**, (da "clientela geral", em vez de 154, visto que 4 - quatro - deles foram convocados como "sub judice" e 1 - um - "sub judice" já constava no rol dos 3 - três - deficientes, também chamados). Posteriormente, a Funiversa verificou erro no Edital 39/2016, excluiu 2 (dois), que não deveriam figurar, e retificou o Edital 40/2016, chamando outros dois (160º e 161º). Com a não-confirmação da inscrição de um candidato, foram ratificadas as inscrições de 1ª Chamada e convocados, em 2ª Chamada, mais 2 (162º e 163º, então empatados).

25. O inconformismo dos demais candidatos, apresentado nas informações trazidas à baila, objeto da Denúncia, diz respeito ao fato de que a supressão de duas vagas (pelo empate) em lugar de uma já ultrapassaria, de forma legal, a "Cláusula de Barreira".

26. Assim, a ulterior desistência de outro candidato, que ocorreu em 27.05 (vésperas de início



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

do Curso - 30.05), já não mais garantiria a inclusão de nenhum outro candidato no lugar, visto que somente reajustava a conformação com o total de 154, conforme listagem juntada. Ou seja, com a saída do último, permaneceram os 154, previstos como Cláusula de Barreira.

27. Dessa forma, o inconformismo apresentado pelos demais interessados repousa no fato de que, após a "desistência" de candidato inscrito, então homologada em 27.05, e a correta conformação do número de matriculados (em "clientela geral") a 154 participantes, no mesmo dia 27.05, ao tempo em que se homologou tal desistência, efetuou-se, de forma ilegal e indevida, a matrícula de mais 4 (quatro) candidatos (de 164º a 167º, então empatados), no lugar, resultando em quebra de "Cláusula de Barreira", em benefício destes, observando-se possível quebra de "isonomia" e/ou ofensa aos princípios da impessoalidade e da legalidade.

28. Assim, o principal argumento invocado seria o de que, devido à desconsideração dos nomes alusivos às exclusões anteriores e convocação de novos participantes (até o de nº 163º, pelo critério de desempate), já se havia atingido o nº de 154, da Cláusula de Barreira (além de 3 das vagas de deficientes e daqueles "sub judice"), ainda que considerada a desistência daquele último candidato. A ulterior desistência já não mais validaria a inclusão de outrem a ocupar a vaga, porquanto restabeleceu o patamar de 154, visto que já havia excedente (e, tampouco, de mais 4 que se encontravam empatados). Dessa forma, se não houvesse incorreção no primeiro Edital de convocação, e estritamente observadas as desistências, não haveria espaço para as últimas 4 convocações.

29. Nessa linha, o MPC/DF entende que, ao contrário, as alegações da PCDF, ora encampadas pela Instrução, não tem o condão de afastar as considerações e as conclusões realçadas nos parágrafos precedentes.

30. É certo que "não há mais controvérsia acerca da constitucionalidade da cláusula de barreira, tema já pacificado no STF (RE 635739)". Porém, o fato, por si só, não se mostra suficiente para garantir a almejada lisura e respeito aos critérios editalícios. Ou seja, não se discute se o estabelecimento da chamada "Cláusula de Barreira" é juridicamente plausível, ou não. Também não se discute se já se tratava de cláusula editalícia, de conhecimento de "todos" e contra a qual não houve impugnação do edital no prazo legal



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

(após a publicação do edital regulador do concurso). **O que se discute, sim, se houve, ou não, o desrespeito (ou extrapolação) dessa própria "cláusula de barreira" pela Administração e/ou pela Fundação Universa.**

31. Nessa toada, na visão Ministerial, o posicionamento da PCDF e o entendimento da Unidade Técnica, no sentido de que "... a posição limítrofe (154, em função do remanejamento já mencionado) não pode ser vista como um número estanque, podendo sofrer variação em função dos eventuais empates nessa última posição, conforme regra prevista no subitem 14.16.1 do edital inaugural", também não põe termo à questão.

32. Aliás, o MPC/DF também deixou assente o fato de que, em caso de empate na última colocação, poderia haver o chamamento de "todos" que se encontrassem nessa situação. Ou seja, a convocação do último interessado, conforme subitem 14.16 ("na posição-limite", indicada no Quadro, que é 154), ensejaria, por conseguinte, a convocação, também de direito, daqueles que se encontrassem em mesma situação, a teor do subitem 14.16.1 ("os empatados na última posição", que seria aquela que satisfaria a posição-limite de 154).

33. Portanto, na visão Ministerial, os procedimentos que se desencadearam denotam que houve sim quebra de "Cláusula de Barreira", resultando em possível favorecimento pessoal de alguns candidatos, em detrimento dos demais. Corroborando nesse sentido o fato de que a listagem disponibilizada em 27.05, com os nomes dos candidatos inscritos no Curso de Formação, e respectivas salas, mantinha, ainda, o nome do candidato de matrícula nº 158112172, o qual já havia sido excluído em etapa anterior, pelo Edital nº 45/2016, visto que não havia confirmado inscrição. Cópia extraída do site da Funiversa ratifica o fato. Nada obstante, pesquisa realizada em data posterior (27.06), na referida página, indicou que deixou de consignar o nome do candidato.

34. Em relação àquela Ação Judicial manejada, não se pode descurar que, de fato, "alguns candidatos" já se socorreram do Poder Judiciário local (TJDFT), que lhes denegou o pedido de manutenção no certame, e/ou não vislumbrou ofensa à "cláusula de barreira", tal fator não afastaria a apuração da questão pelo TCDF, como "direito", de forma ampla e geral em relação a todos os demais candidatos.

35. Por outro lado, em relação aos novos questionamentos dispostos na fase anterior, acerca de possível mácula, também, inerente "à fase de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

apresentação de documentos - atestados e exames médicos), que havia resultado, inclusive, na instauração de procedimento de apuração junto ao MPDFT, o arquivamento daquele procedimento, também, por si só, não respalda a lisura dos procedimentos adotados, e, tampouco, afastam possível ofensa a direito dos demais interessados, em razão do ingresso de "outrem", no "curso de formação", posto que os próprios esclarecimentos apresentados evidenciam que houve sim tratamentos diferenciados: *"Pelo fato de o edital não especificar o tipo de exame de sorologia exigido, a banca teve que aceitar qualquer exame de sorologia"*, citado como um dos fatores.

36. E mais, das cópias do referido procedimento, nota-se que a Funiversa, a despeito de ter apresentado os esclarecimentos que julgou pertinentes, reconheceu que não foram apresentados "todos" os documentos: "Em resposta (fis. 806/810), a Instituição informou que, apesar de não terem apresentado todos os exames, 21 desses 22 candidatos foram considerados aprovados pelos seguintes motivos: (...).

37. Outra questão de diferenciação posta no Relatório correspondente, diz respeito à "investigação da vida pregressa", senão vejamos (destaques não constam):

"Por verificar suposta transgressão a norma Editalícia, em despacho de fis. 472/473 foi determinado que a banca organizadora encaminhasse a ficha de todos os exames médicos pelos candidatos, bem como informasse quais candidatos deixaram de apresentar certidões de vida pregressa. O que foi atendido, vide fis. 491/777 e 779/781. Desta que informação da PCDF no sentido que os candidatos que não apresentaram a certidão em virtude do recesso forense dos tribunais não foram prejudicados, pois a Divisão de Inteligência Policial da Instituição foi capaz de averiguar suas vidas pregressas por outros meios de informação."

38. Tal fator, também demonstra que pode ter havido, sim, tratamento diferenciado, e mais, possível benefício de um candidato em detrimento de outro, ainda que a PCDF e a Fundação Universa tenham adotado todas as cautelas necessárias ao prosseguimento do certame (chamamento para a 2º Fase: curso de formação). Ademais, os exames médicos não haviam sido juntados àquele procedimento, fato que resultou em nova solicitação. A par da resposta dada, o MPDFT concluiu que, a despeito da "relevância" das questões suscitadas, do ponto de vista dos interessados, o fato não ensejaria a atuação daquele **Parquet** especializado. Ou seja, não se afastou o mérito das demandas, que aqui se cogita.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

39. Nesse caso, no entender ministerial, vislumbra-se, sim, que possíveis distorções somente seriam equacionadas com a "realização de novo curso de formação", abrangendo os demais aprovados na 1ª Etapa, dado o pequeno número de atingidos, o interesse público, e a lisura do certame, aliado à razoabilidade e possibilidade jurídica, posto que, além de terem os seus direitos resguardados, sequer complementariam a demanda do Órgão.

40. Sob esse aspecto, cabe realçar, por oportuno, que, recentemente, o MPC/DF ofertou a Representação nº 12/2017-DA, tratando da possível convocação dos concursados para o cargo de Agente de Polícia, da PCDF, objeto do Edital nº 01/2013, aprovados em 1º Fase, para a realização de 2ª Fase: "novo curso de formação", mormente em face da indicação da Corporação civil de que necessita realizar novo concurso, ainda não expirado o prazo de validade daquele. Eis o excerto da referida Representação:

17. De outra parte, a Administração envidou esforços no sentido da concretização das demais nomeações, que foram retomadas nos exercícios de 2015 e 2016, resultando que, quando da Instrução, dos "976 aprovados" para "Agente de Polícia já foram nomeados candidatos até a 857ª posição. No que se refere ao cargo de Escrivão de Polícia, até o momento, o último aprovado convocado ocupa a 229ª classificação", dos "258 aprovados" no "curso de formação". Ou seja, já havia sido atingida quase a totalidade do "Cadastro de Reserva", motivo pelo qual se considerou que aquela Representação já havia atingido o seu objetivo e resultou no arquivamento. Conforme Informação da PCDF, de setembro/2016, de "solicitação de novo concurso", "já foram nomeados todos os remanescentes aprovados no aludido certame".

18. Nada obstante, cabe frisar que a questão posta no presente momento se mostra diferente. Ou seja, refere-se à constatação de que, mesmo em se considerando aquelas vagas disponibilizadas (300 + 600 do cadastro de reserva = total de 900), não foram suficientes para suprir a demanda. E mais, no decorrer do certame, houve o surgimento, por lei, de novas vagas, que permitiriam a realização de "novo curso de formação", contemplando aqueles demais aprovados na 1ª Fase.

19. A despeito da constatação, naquela Representação, de que, posteriormente, foram nomeados candidatos em número superior ao de vagas iniciais ofertadas, a própria PCDF confirmou o déficit de pessoal, bem a imperiosa necessidade de nomeação de todos os concursados, conforme se extrai do excerto a seguir:

Portanto, ainda que nomeados todos os aprovados dos concursos (Agente de Polícia e Escrivão de Polícia) o efetivo estará muito aquém do necessário e não será suficiente para a recomposição do quadro atual, posto que dos 8.969 (oito mil, novecentos e sessenta e nove) cargos aprovados, ainda restariam 4.607 (quatro mil, seiscentos e sete) cargos vagos atualmente, o que elevaria o percentual de ocupação dos cargos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

de 54,62% para 60,60%, notadamente deficitário para atender a atual demanda da sociedade do Distrito Federal.

20. Vislumbra-se que o entendimento acerca da possibilidade de novo curso de formação se mostra plausível. **A uma**, pelo fato de que, a despeito de que o Edital previa, em seu art. 17, e incisos, a “eliminação” daqueles que não estivessem colocação entre os 900 (300 + 600 de CR), ou seja, que não fossem convocados para o curso de formação, como uma espécie de “cláusula de barreira”, o fato é que o regulamento do certame (art. 63 e parágrafo único) prevê a possibilidade de convocação para novo curso de formação, daqueles aprovados em 1ª Fase, dentro do prazo de validade do concurso. **A duas**, pelo fato de que a Lei nº 5.450/2015, vigente ao tempo de validade do concurso, também passou a contemplar essa hipótese. **A três**, pelo fato de que a Administração já havia demonstrado interesse, como critério de conveniência e oportunidade, de realizar novo “chamamento”, conforme “compromisso de campanha” registrado pelo “atual” Governador do DF. **A quatro**, pelo fato de que a imperiosa necessidade e “motivação”, de que trata no normativo, estaria estampado: em razão das vagas criadas (por lei) e surgidas (aposentadorias, exonerações, etc.,) e da solicitação de novo concurso (antes de expirado o prazo de validade daquele).

21. Sobe esse aspecto, cabe anotar que a Lei nº 4.949/2012, aplicável de forma subsidiária aos concursos da PCDF, em seu art. 10, contou com a redação acrescida pela Lei nº 5.450/2015, dispondo que:

Art. 10. O edital normativo do concurso deve conter:

(...)

§1º É lícito prever cadastro de reserva no edital normativo de concurso, vedada a realização de concurso público exclusivo para cadastro de reserva. (Parágrafo renumerado pela Lei nº 5.450, de 2015).

§ 2º **A administração pública pode realizar nomeações além do número de vagas inicialmente previsto no cadastro de reserva, observada a comprovada necessidade do serviço público e a disponibilidade orçamentária e respeitada a ordem de classificação.** (Parágrafo acrescido pela Lei nº 5.450, de 2015).

§ 3º **O disposto no § 2º aplica-se aos concursos em andamento e aos certames que se encontrem dentro do prazo de validade ou de sua prorrogação.** (Parágrafo acrescido pela Lei nº 5.450, de 2015).

22. Aliás, nos autos do Processo-TCDF nº 7.600/2012, a teor do Parecer nº 0402/2013-DA, este representante Ministerial deixou assente o entendimento acerca da possibilidade de convocação de aprovados, além do cadastro de reserva, com espeque em julgado do Poder Judiciário, consoante ora se reproduz, em parte (grifei):

6. Expostas as considerações alvitradas pela Unidade Técnica, passo à análise do presente feito ressaltando que, no Parecer nº 0489/2012-DA (fls. 40/51), com lastro em Jurisprudência do STF, a par do teor do § 2º do art. 14 da Lei Complementar nº 840/12³, os candidatos aprovados dentro do número de vagas previstas no edital têm direito à nomeação. Ademais, se “**demonstrado que a Administração**

³ § 2º O candidato aprovado no número de vagas previstas no edital do concurso tem direito à nomeação no cargo para o qual concorreu.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

*necessita de recursos humanos, seja pela contratação de pessoal terceirizado ou pela requisição de servidores de outros órgãos para exercer a atividade inerente ao cargo vago ou pela utilização de cargos/funções comissionadas para esse fim (preterição de candidatos) ou pela realização de novo concurso, imediatamente após expirado o prazo (inobservância dos princípios da moralidade e da impessoalidade) ou, “simplesmente”, pela prestação de serviços incompatíveis com as necessidades da sociedade, em clara violação ao interesse público, a exemplo da falta de profissionais de saúde, no entendimento deste **Parquet**, resta configurado o direito subjetivo dos candidatos aprovados à nomeação, observando-se a ordem de classificação, ainda que as vagas tenham surgido após a abertura do certame, por motivo de vacância, e além do número de vagas previstas no edital do concurso”.*

7. Ademais, estribado em julgados da Corte, manifestei entendimento no sentido de que restou comprovada a necessidade de dar efetividade à fiscalização ambiental, com intuito, nos termos da CF/88 e da LODF, de defender e preservar o meio ambiente, e de atender aos Princípios da Prevenção e da Precaução, o que se daria, em parte, com a nomeação de candidatos aprovados no concurso em comento, posicionamento que ratifico nesta oportunidade. No ponto, arrematei: (...)

11. Assim, na esteira da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, entendo que os candidatos aprovados no concurso público regido pelo Edital nº 01/2010 – SEPLAG, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 06.12.2010, cujo resultado final foi homologado no dia 10.02.2012, ainda que fora do número de vagas previstas no referido edital e até completar o quantitativo de cargos de Auditor Fiscal de Atividades Urbanas, especialidade; Meio Ambiente existentes na estrutura do GDF, tem direito à nomeação, na hipótese vertente, observadas a legislação regente a jurisprudência do STJ, imediatamente, porquanto se trata de área carente de recursos humanos e de vital importância para dar concretude aos ditames constitucionais de defender e preservar o meio ambiente, conforme já demonstrado nos autos.

23. Portanto, o MPC/DF entende que, a Administração, observados: o interesse, conveniência, oportunidade e motivação, já demonstrados, conforme disposto nos parágrafos 19 a 20, poderá convocar os demais aprovados em 1ª Fase, para a realização de “novo curso de formação”, com vistas a suprir parte das carências e vagas disponibilizadas no referido certame, **antes de efetivar a realização de novo concurso**, porquanto não expirado o prazo de validade daquele anterior.

24. Nesse contexto, presentes os requisitos de admissibilidade previstos no artigo 230 do RI/TCDF, em face das competências constitucionais do Tribunal de Contas para fiscalizar os órgãos e entidades da Administração Pública do DF, bem como zelar pela correta aplicação de recursos públicos e pela observância dos princípios insculpidos no artigo 37 da Constituição Federal, o Ministério Público de Contas requer ao e. Tribunal que:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

I - seja conhecida a presente Representação e determinado seu processamento em autos próprios, tendo em conta que preenchidos os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 230 do RI/TCDF;

II - seja autorizado o exame e a instrução pela Unidade Técnica competente, com a urgência necessária, da Representação em tela, com a análise dos fatos arrolados, autorizando-se, se necessária, a realização de Inspeção, se for o caso, com a oitiva do titular da PCDF.

41. Portanto, no entender Ministerial, à vista dos argumentos ali invocados, no caso vertente, vislumbra-se também que a convocação dos candidatos remanescentes, aprovados em 1ª Fase, é medida que se impõe, para a realização de um novo "curso de formação", com vistas a se extirpar as máculas anteriores, bem como se restabelecer o direito dos demais candidatos atingidos, observado o interesse público, a oportunidade, e a conveniência da Administração, já demonstrados em razão da constatação do contingente precário de integrantes da carreira e do não preenchimento das vagas disponibilizadas em lei, bem como pelos critérios de aposentadorias, exonerações, etc.

42. Dessa forma, lamentando dissentir da Instrução, e considerando que, na visão Ministerial, não restaram mitigadas as impropriedades verificadas no referido certame, quanto ao mérito, merece prosperar a Representação em voga, razão pela qual opina este **Parquet** no sentido de o e. Tribunal:

I - tomar conhecimento do Ofício n.º 271/2017 - Ass/DGPC e anexos, peça 49, encaminhados pela Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, em atendimento à diligência constante do item III da Decisão TCDF n.º 1.482/2017, considerando esclarecidos os novos questionamentos ventilados no Parecer n.º 80/2017-DA pelo MPjTCDF;

II - no mérito, considerar **procedente** a Representação n.º 12/2016-DA, porquanto não afastadas as máculas que envolveram o certame apreço;

III - dar ciência da decisão que vier a ser proferida ao signatário da presente representação, bem como à Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF e à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal - SEPLAG;

IV - **determinar à PCDF que avalie a possibilidade de convocação dos candidatos remanescentes, aprovados em 1ª Fase, para a realização de um "novo curso de formação", com vistas a se extirpar as máculas anteriores, bem como se**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

restabelecer o direito dos demais candidatos atingidos, observado o interesse público, a oportunidade, e a conveniência da Administração, já demonstrados em razão da constatação do contingente precário de integrantes da carreira e do não preenchimento das vagas disponibilizadas em lei, aliado às aposentadorias, exonerações, etc, ocorridas no período, se necessário, com a oitiva da PGDF e da SEPLAG/DF acerca do assunto.

V- autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para acompanhamento dos desdobramentos decorrentes do disposto no item anterior."

É o resumo do necessário.

DECIDO.

No voto condutor da Decisão nº 1.482/2017, proferido na Sessão Ordinária de 04.04.2017, afirmei:

Verifico que a Representação que inaugurou o feito foi motivada por notícia de irregularidades na aplicação da cláusula de barreira prevista no subitem 14.16 do Edital n.º 01 – PCDF, de 31/12/2014, que disciplinou o Concurso Público para provimento do cargo de PAPILOSCOPISTA POLICIAL, assim redigida:

"14.16 Com base na lista organizada na forma do subitem anterior, serão convocados, para realizar o curso de formação profissional, os candidatos classificados até as posições-limite indicadas no quadro abaixo. Os candidatos não convocados no presente subitem estarão eliminados e não terão classificação alguma no concurso público, exceto se o número de vagas, acrescidas pelo cadastro de reserva, não for preenchido.

CARGO	DAS (VAGAS - AMPLA CONCORRÊNCIA	DAS VAGAS (CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA)	TOTAL
PAPILOSCOPISTA (CÓDIGO 101)	149	8	157

14.16.1 Serão respeitadas as vagas destinadas aos candidatos com deficiência, conforme item 5 deste edital, e os empates na última posição."

*Verifico que, após analisar os argumentos remetidos a esta Corte de Contas, pela Polícia Civil do Distrito Federal, em atendimento à Decisão nº 3.650/2016, o Ministério Público de Contas deles diverge, pois afirma que "os procedimentos que se desencadearam denotam que **houve sim quebra***



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

de "Cláusula de Barreira", resultando em possível favorecimento pessoal de alguns candidatos, em detrimento dos demais."

*E foi além, pois encaminhou ao Gabinete do Relator, via Ofício nº 21/2017-DA/MPCDF, "Fichas Médicas" de candidatos acostadas ao **Procedimento Administrativo nº 08190.218204/15-31**, instaurado pela **5ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social – PRODEP/MPDFT**, no qual se apura, para efeito de ajuizamento de Ação Civil Pública, a ocorrência de irregularidades na apresentação de exames médicos por candidatos convocados para o Curso de Formação.*

Portanto, a divergência aberta pelo Parquet relaciona-se a desvios na condução do certame (inobservância da Cláusula de Barreira com favorecimento pessoal de alguns candidatos em detrimento dos demais) e na participação de candidatos no Curso de Formação, sem a apresentação de todos os exames médicos exigidos ou cujas fichas médicas sequer foram apresentadas.

Estes fatos, a meu juízo, merecem apuração acurada, justificam a reinstrução do feito e a eventual realização de Inspeção e/ou oitiva dos titulares da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF e da Fundação Universa, nos termos propostos pelo Douto Órgão Ministerial. "

Em apertada síntese, a Unidade Técnica informou que:

- a) a PCDF entende ter prestado as informações devidas, complementando-as com aquelas que lhe foram encaminhadas pela Fundação Universa;*
- b) o MPDFT determinou o arquivamento do procedimento administrativo que venho de mencionar, por não ter "... restado minimamente comprovada a eventual afronta ao patrimônio público ou aos princípios que regem a Administração Pública ...".*
- c) a 2ª Turma do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios proferiu acórdão com o seguinte teor:*

"ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. PAPILOSCOPISTA DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA DE BARREIRA. POSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO DO STF. CURSO DE FORMAÇÃO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO CONFIGURADO. SEGURANÇA DENEGADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Não há que se falar na concessão de tutela antecipada recursal para determinar a imediata matrícula dos apelantes em curso de formação relativo a concurso para provimento do cargo de Papiloscopista da Polícia Civil do Distrito



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Federal, porquanto ausentes os requisitos autorizadores previstos no art. 300 do CPC.

2. A previsão de cláusula de barreira em edital de concurso público é admitida quando fundamentada em critérios objetivos concernentes ao desempenho do candidato, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE n. 635739, julgado em sede de repercussão geral.

3. Na hipótese, **não se vislumbra ofensa à cláusula de barreira prevista no edital**, haja vista a comprovação de que a convocação de quatro candidatos a mais para etapa de curso de formação respeitou a ordem de classificação e se deu em virtude de convocação sub judice de quatro candidatos classificados em posição anterior.

4. A violação à **cláusula de barreira**, a qual não restou comprovada nos autos, não legitima a convocação dos candidatos classificados em posições fora do número de vagas e cadastro de reserva previsto em edital, razão pela qual os apelantes não têm direito subjetivo à matrícula em curso de formação.

5. Recurso conhecido e desprovido. Por tratar-se de mandado de segurança, não incidem honorários advocatícios, na forma da Súmula 512 do STF". (**Apelação Cível n.º 20160110624797 APC-** Rel. Des. Sandra Reves - DJE de 10.07.2017)."

Registre-se que a decisão judicial em tela transitou em julgado em 01.08.2017.

Todavia, em sede do Controle Externo, entendo que os relevantes questionamentos formulados pelo Procurador **Demóstenes Tres Albuquerque**, no Parecer nº 903/2017-DA/MPCDF, devem ser cabalmente respondidos pela **Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF**, especialmente o constante do item IV de seguinte teor:

"IV - determinar à PCDF que avalie a possibilidade de convocação dos candidatos remanescentes, aprovados em 1ª Fase, para a realização de um "novo curso de formação", com vistas a se extirpar as máculas anteriores, bem como se restabelecer o direito dos demais candidatos atingidos, observado o interesse público, a oportunidade, e a conveniência da Administração, já demonstrados em razão da constatação do contingente precário de integrantes da carreira e do não preenchimento das vagas disponibilizadas em lei, aliado às aposentadorias, exonerações, etc, ocorridas no período, se necessário, com a oitiva da PGDF e da SEPLAG/DF acerca do assunto.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Destarte, com fundamento nas disposições legais aplicáveis à espécie, **DECIDO:**

- I -** tomar conhecimento do Ofício nº 271/2017 – Ass/DGPC e anexos, encaminhados pela Polícia Civil do Distrito Federal;
- II -** considerar atendida a diligência objeto do item III da Decisão nº 1.482/2017;
- III -** determinar a conversão do feito em nova diligência junto à **Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF** para que, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe a esta Corte de Contas circunstanciados esclarecimentos em face do narrado no Parecer nº 903/2017 – DA/MPCDF, **especialmente no seu item IV;**
- IV -** autorizar:
 - a)** a remessa de cópia do referido parecer à PCDF para efeito de auxiliar no atendimento da diligência;
 - b)** o retorno dos autos à SEFIPE para os devidos fins.

Brasília, em 08 de dezembro de 2017.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
Conselheiro-Relator